



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E
MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE DIREITO – EDTM/UFOP



Monografia

POSSÍVEIS INCONGRUÊNCIAS ENTRE OS DELINEAMENTOS
EXPERIMENTAIS E A CARTOGRAFIA

Felipe Melazzo Do Nascimento Santos

Ouro Preto/MG

2019

Felipe Melazzo Do Nascimento Santos

**POSSÍVEIS INCONGRUÊNCIAS ENTRE OS DELINEAMENTOS
EXPERIMENTAIS E A CARTOGRAFIA**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Direito.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Pôrto Nogueira

Coorientadora: Profa. Dra. Natália de Souza Lisbôa

Ouro Preto/MG

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE DIREITO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Felipe Melazzo Do Nascimento Santos

POSSÍVEIS INCONGRUÊNCIAS ENTRE OS DELINEAMENTOS EXPERIMENTAIS E A CARTOGRAFIA

Membros da banca:

Prof. Dr. Roberto Henrique Pôrto Nogueira (UFOP) - orientador
Profa. Dra. Natália de Souza Lisboa (UFOP) - coorientadora
Prof. Henrique Ribeiro Afonso Domingos (UFOP)

Versão final:
Aprovado em 11 de dezembro de 2019.

De acordo

Professor (a) Orientador (a)
Prof. Dr. Roberto Henrique Pôrto Nogueira (UFOP)



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Henrique Porto Nogueira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2019, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029822** e o código CRC **03B4D600**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204194/2019-26

SEI nº 0029822

R. Diogo de Vasconcelos, 122. - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135591545 - www.ufop.br

“Um rizoma

não começa

nem conclui,

ele se encontra sempre no meio,

*e
n
t
r
e

a
s

c
o
i
s
a
s
,*

inter-ser,

intermezzo.

*A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança.
A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e...e...e...’.
Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser.”
(Gillies Deleuze e Félix Guattari, Mil Platôs vol. 1)*

AGRADECIMENTOS

Nada nesta vida se faz sozinho.

Nunca fiz, não faço e nunca farei nada sozinho.

E é disso que esses agradecimentos se tratam.

Esse trabalho é fruto de um Felipe construído por muita gente, que da forma mais gentil que se possa imaginar depositou em mim muito de si.

Não posso começar a agradecer senão a Deus, que demonstrou sua presença ao colocar pessoas tão incríveis ao meu redor. Pessoas que cederam seu tempo servindo de inspiração, que dia após dia se transformava em motivação.

Roberto Pôrto e Leila Bitencourt, muito obrigado pela orientação de vida, vocês são exemplos de seres humanos. Vocês tornaram realidade cada sonho concretizado durante a minha graduação.

Natália Lisbôa, muito obrigado pela confiança transmitida desde o segundo período quando eu só queria pesquisar, mas não fazia a mínima ideia de como começar. Nunca irei esquecer daquele ato de generosidade.

Mirian Firmino, muito obrigado por ser minha luz em Ouro Preto. Até que enfim nossas almas se reencontraram.

Meu muito obrigado as minhas amigas-irmãs de longe e de longa data, Ana Luiza e Sarah, que nunca se fizeram ausentes. Muito obrigado as minhas amigas de perto, em especial Catarina, Carine e Karine. Vocês tornaram tudo mais leve.

Muito obrigado a todos os professores que eu já tive no decorrer de toda minha vida, sem exceções. Vocês foram essenciais para que eu me apaixonasse ainda mais pela profissão!

Fernanda, muito obrigado por ser a melhor irmã e companheira de casa que alguém poderia ter! Muito obrigado por todas as vezes em que você lavou a louça e o banheiro para que eu pudesse estudar com tranquilidade!

E por fim, Mãe, é tudo por você! Você é de longe a pessoa que eu mais admiro nessa vida. Sonho em me tornar 1% do que você é. Muito obrigado por manter meu sonho vivo com muita garra e um toque de preocupação, característico seu e que eu tanto amo.

RESUMO

Objetiva-se identificar as possíveis incongruências dos delineamentos experimentais de pesquisa social em relação à abordagem investigativa cartográfica que se preste a viabilizar o desenvolvimento, *a posteriori*, da metodologia apta a aferir a influência dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade na construção das convicções subjetivas de professores da rede pública estadual da Região dos Inconfidentes. Para tanto, adotam-se os processos de estudo jurídico-exploratório na delimitação teórica dos núcleos centrais do trabalho, a partir de dados secundários, e jurídico-comparativo na comparação e identificação das possíveis incongruências entre os conteúdos. Como resultados, tem-se que entre os delineamentos experimentais de pesquisa e a Cartografia as possíveis incongruências versam principalmente sobre (i) o contexto epistemológico em que cada um se enquadra, (ii) a adoção da separação entre sujeito e objeto como pressuposto e (iii) o raciocínio adotado por cada um deles. Os delineamentos experimentais são resultado de uma epistemologia marcada pela Modernidade. A Cartografia por sua vez afigura-se como instrumento de um paradigma epistemológico de resistência à forma moderna de produção do conhecimento. Em relação à separação entre sujeito e objeto, os modelos experimentais foram tradicionalmente construídos adotando-a como pressuposto. Na Cartografia, a seu turno, tal adoção não acontece, eis que nela acredita-se que o pesquisador é impactado por aquilo que pesquisa e vice-versa. Por fim, os delineamentos experimentais dão relevo ao tradicional raciocínio hipotético-dedutivo, ao contrário da Cartografia, que é regida pela forma de pensar rizomática.

Palavras-chave: Metodologia. Pesquisa experimental. Cartografia. Epistemologia.

ABSTRACT

The essay aims to identify the potential incongruences of experimental techniques held on social research originating from the context of the Western methodological tradition in contrast to a suitable cartographic investigative approach to be used, in a second moment, to grade the influence of the National Truth Commission Reports on the subjective assessment of teachers working on the state public system in “Inconfidentes” regional area. For such purpose, it adopts legal-exploratory study in order to understand the outlined experimental techniques and the Cartography approach, as well as comparative method to provide the investigation with a comparison of potential incongruences between the two of them. As results, it is possible to outline incongruences between the experimental research designs and Cartography, such as (i) the epistemological context of each one, (ii) the premise of the distinction between subject and object; and (iii) or the type of reasoning adopted by each of them. Experimental designs derive from an epistemology bordered by modernity. Cartography, on the other hand, is coined by counter-theories to the modern form of knowledge production. Contrary to the subject/object distinction premised by experimental designs, Cartography highlights the categorical interaction between researches and objects. Finally, experimental designs tend to adopt the traditional hypothetical-deductive reasoning, unlike Cartography, which is headed by the rhizome philosophy.

Keywords: Methodology. Experimental research. Cartography. Epistemology.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 - Delineamento antes-depois com dois grupos..... | 29 |
| Figura 2 - Delineamento de quatro grupos de Solomon..... | 30 |
| Figura 3 - Delineamento de dois grupos casualizados..... | 31 |
| Figura 4 - Delineamento fatorial..... | 32 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1 - Resultados da pesquisa de opinião acerca das possíveis medidas que o Estado brasileiro poderia tomar (%)..... | 14 |
|---|-----------|

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 AS ESCOLHAS E OS CAMINHOS: uma exposição do projeto “DIREITO E MEMÓRIA: estudo empírico da influência dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade na construção das convicções subjetivas de professores da rede pública estadual da Região dos Inconfidentes” | 12 |
| 2.1 Pesquisa-ação e Pesquisa Participante | 17 |
| 2.2 Delineamentos experimentais e Cartografia | 19 |
| 3 DELINEAMENTOS EXPERIMENTAIS DE PESQUISA | 22 |
| 3.1 Experimentos controlados | 22 |
| 3.1.1 <i>Variáveis dependentes, independentes e estranhas e definição operacional</i> | 22 |
| 3.1.2 <i>Grupos controle e experimental</i> | 24 |
| 3.1.3 <i>Distribuição aleatória</i> | 25 |
| 3.1.4 <i>Manutenção das variáveis estranhas constantes</i> | 26 |
| 3.1.5 <i>Validade interna e externa do experimento</i> | 26 |
| 3.1.6 <i>Experimentos de laboratório e experimentos de campo</i> | 27 |
| 3.2 Delineamentos experimentais | 27 |
| 3.2.1 <i>Delineamento antes-depois com dois grupos ou pré-teste e pós-teste aplicados a grupo experimental e a grupo controle aleatórios</i> | 28 |
| 3.2.2 <i>Delineamento de quatro grupos de Solomon</i> | 30 |
| 3.2.3 <i>Delineamento de dois grupos casualizados ou delineamento com grupo de controle e só pós-teste</i> | 31 |
| 3.2.4 <i>Delineamento fatorial</i> | 32 |
| 3.2.5 <i>Delineamentos de sujeito único</i> | 33 |
| 4 O MÉTODO DA CARTOGRAFIA? | 35 |
| 4.1 Mil Platôs e a contribuição de Deleuze e Guattari: o rizoma | 38 |
| 4.2 A Cartografia confessada enquanto estratégia investigativa crítico-política | 40 |
| 5 POSSÍVEIS INCONGRUÊNCIAS ENTRE OS DELINEAMENTOS EXPERIMENTAIS DE PESQUISA E A CARTOGRAFIA | 44 |
| 5.1 Incongruências epistêmicas, quanto ao controle de variáveis estranhas e à busca da validade interna de pesquisa | 44 |
| 5.2 Incongruências quanto à separação sujeito e objeto | 47 |
| 5.3 Incongruências quanto ao raciocínio | 49 |
| 6 CONCLUSÃO | 50 |
| REFERÊNCIAS | 53 |

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se por Modernidade o espaço/tempo marcado por um projeto hegemônico europeu, desenvolvido a partir do século XV, durante o processo de colonização do Sul global, de maneira epistêmica, política e intelectual. Esse projeto é pautado pela reprodução de uma lógica que expurga diversidades e complexidades.

Por comportar-se como métodos insuficientes para lidar com a realidade enquanto dotada de complexidade, o experimento controlado e suas formas de operacionalização denominadas delineamentos experimentais demonstram-se inseridos em uma perspectiva epistemológica marcada pela Modernidade.

Diferente parece ser a Cartografia, que, como uma das formas de resistência epistêmica ao paradigma científico moderno, emerge como uma abordagem investigativa diversa para pesquisas científicas. A Cartografia, dentre outros objetivos, pretende afastar do conhecimento científico dogmas uniformizadores e simplificadores.

O presente trabalho, portanto, visa a identificar as possíveis incongruências dos delineamentos experimentais de pesquisa social havidos no contexto da tradição metodológica ocidental em relação à abordagem investigativa cartográfica. A presente pesquisa pretende ser a etapa preliminar que viabilizará o desenvolvimento, em segunda fase, da metodologia apta a aferir, em terceira fase, a influência dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) na construção das convicções subjetivas de professores da rede pública estadual da Região dos Inconfidentes, acerca de um passado atentatório aos direitos humanos, compreendido entre o período de 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988.

Para tanto, são adotados os processos de estudo jurídico-exploratório na delimitação do conteúdo dos delineamentos experimentais de pesquisa e da Cartografia, e jurídico-comparativo na comparação e identificação das possíveis incongruências entre ambos.

A pesquisa estrutura-se a partir da noção de Cartografia desenvolvida por Roberta Carvalho Romagnoli.¹ A autora traz a Cartografia como ferramenta de investigação, capaz de “[...] abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas.”

¹ ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 168.

Trata-se de pesquisa teórica, valendo-se da análise de dados secundários para a delimitação dos conteúdos dos delineamentos experimentais de pesquisa, e da Cartografia. A presente pesquisa apresenta-se também como metacientífica, por se aproveitar de métodos para a discussão do próprio método.

No segundo capítulo será explicada a posição da presente pesquisa diante de um trabalho maior, bem como serão justificadas as escolhas dos núcleos que o compõem.

No capítulo 3 serão desenvolvidas as principais características do experimento controlado enquanto método, além de serem apresentados os delineamentos experimentais possíveis no âmbito das Ciências Sociais.

A Cartografia ganha maior destaque no capítulo 4, no qual serão expostos suas pretensões, suas bases, seus objetivos e suas particularidades.

Finalmente, o capítulo 5, com base no que foi exposto nos capítulos anteriores, descortinará as possíveis incongruências entre os delineamentos experimentais de pesquisa e a Cartografia.

2 AS ESCOLHAS E OS CAMINHOS: uma exposição do projeto “DIREITO E MEMÓRIA: estudo empírico da influência dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade na construção das convicções subjetivas de professores da rede pública estadual da Região dos Inconfidentes”

Primeiramente, é importante salientar que o propulsor do presente trabalho, e dos outros que serão desenvolvidos a partir dele, é a Justiça de Transição, especificamente aquela desenvolvida pelo Estado brasileiro. Renan Quinalha² traz que a Justiça de Transição não expressa um conceito bem definido e acabado de algo, mas sim “[...] uma referência tópica concebida pela teoria social contemporânea para delimitar um tipo peculiar de experiência política e jurídica.”

No Relatório S/2004/616³ do Secretário-Geral do Conselho de Segurança, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a noção de Justiça de Transição é trazida como um conjunto de processos e mecanismos, judiciais ou extrajudiciais, com envolvimento internacional ou não, associados às tentativas de uma sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no seu passado. O autor Paul Van Zyl,⁴ por sua vez, traz a Justiça de Transição como “[...] um esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática de direitos humanos.”

A Justiça de Transição, portanto, é vista nos dias atuais como um esforço, uma tentativa de retorno aos ideais democráticos, voltada para Estados e promovida por esses, - de maneira prevalente, mas não necessariamente exclusiva - que passaram ou estão passando por algum período autoritário, conflituoso, marcado pela prática de violência massiva, graves violações de direitos humanos contra seus próprios cidadãos, enquanto indivíduos ou organizados em grupos sociais.

Tem-se que durante ou após um período de graves violações de direitos humanos e de conflitos, sofridos por uma determinada sociedade, a sua estabilidade política e a coesão social que permitiam a vida em comum são impactados, e, por isso, são necessárias medidas voltadas

² QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013, p. 120.

³ ONU. O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 do Secretário-Geral do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, N. 1, p. 320-351, 2009, p. 321.

⁴ VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, N. 1, p. 32-55, 2009, p. 32.

para a retomada da convivência social e que garantam um patamar mínimo de respeito à legalidade, aos valores éticos e à ordem democrática.⁵

Ainda que esteja sempre aberta a contribuições, a noção de Justiça de Transição, devido a um traço comum de experiências já exercidas por alguns Estados, costuma ser tradicionalmente apresentada com cinco sustentáculos, pilares ou eixos principais. São eles: a memória, a verdade, a justiça, a reparação e as reformas institucionais.⁶

Esses sustentáculos, por sua vez, correspondem também aos seus objetivos, que são: explicitar a verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas no dado período; investigar, processar e punir as violações sistemáticas de direitos humanos, apurando inclusive as responsabilidades pessoais dos agentes públicos; oferecer reparações às vítimas, em sentido amplo, pelos danos sofridos; construir uma memória coletiva e oficial acerca das formas de repressão vividas, bem como o papel de resistência daqueles que se opuseram ao regime; e reformar as instituições que de alguma forma participaram dos abusos cometidos.⁷

A Justiça de Transição, no contexto político-social brasileiro atual, ganha lugar de discussão e merece algum tipo de reflexão toda vez que o passado autoritário e a maneira como se lida com ele coletivamente e institucionalmente são trazidos à tona.

Compreendido historicamente entre 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985, o período conhecido por “movimento de 1964” ou “ditadura civil-militar brasileira” foi marcado por ações inquisitórias questionáveis, principalmente contra aqueles que eram contrários ao regime. Essas ações foram reconhecidas pelo próprio Estado brasileiro como violações massivas e sistemáticas de direitos humanos.⁸ Métodos de tortura, que perpassavam por agressões físicas, pressões psicológicas e utilização dos mais variados instrumentos, eram aplicados aos presos políticos, acusados de praticarem atividades subversivas. A tortura no Brasil, durante o período em alusão, tornou-se institucionalizada e foi elevada à qualidade de “método científico”, chegando a ser incluída em currículos de formação de militares.⁹

⁵ QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013, p. 120.

⁶ QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013, p. 122.

⁷ QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013, p. 122.

⁸ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2012. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 38-52.

Em 16 de maio de 2012, mais de 27 anos após o fim do regime, foi instituída pela Lei 12.528¹⁰ a Comissão Nacional da Verdade (CNV), considerada um expoente na tentativa de se concretizar a Justiça de Transição brasileira, por ter como finalidade apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre o período de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e de promover a reconciliação nacional. A CNV encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de um Relatório Final, dividido em 5 partes, 18 capítulos e textos temáticos.

Mais de quatro anos após a entrega do relatório, em uma recente pesquisa eleitoral de opinião, encomendada pela TV Globo e publicada no portal de notícias G1,¹¹ realizada pelo Instituto Datafolha (registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número BR-07528/2018), nos dias 17 e 18 de outubro de 2018, foram apresentadas oito frases a respeito de medidas que o Estado brasileiro poderia tomar, em que os eleitores deveriam dizer se concordavam ou não com as afirmações. Das oito frases, cinco eram referentes as possibilidades de ingerências estatais na esfera privada.

A pesquisa foi realizada por meio de 9.137 entrevistas presenciais com eleitores de 16 anos ou mais, em 341 municípios de todas as regiões do país. Com margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%, a pesquisa apresentou os seguintes resultados:

Tabela 1 – Resultados da pesquisa de opinião acerca das possíveis medidas que o Estado brasileiro poderia tomar (%)

| Frase | (continua) | | | |
|---|------------|------------------------------|----------|----------|
| | Concorda | Nem concorda nem discorda | Discorda | Não sabe |
| O governo deve ter o direito de proibir a existência de algum partido político. | 33 | 2 | 61 | 4 |

Fonte: Instituto Datafolha *apud* G1 (2018).

¹⁰ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2012. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

¹¹ 50% DOS ELEITORES afirmam que há 'alguma chance' de haver nova ditadura no Brasil, diz Datafolha. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/19/50-dos-eleitores-afirmam-que-ha-alguma-chance-de-haver-nova-ditadura-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 27 maio 2019.

Tabela 1 – Resultados da pesquisa de opinião acerca das possíveis medidas que o Estado brasileiro poderia tomar (%)

| Frase | (conclusão) | | | |
|--|-------------|------------------------------|----------|----------|
| | Concorda | Nem concorda nem discorda | Discorda | Não sabe |
| O governo deve ter o direito de prender suspeitos de crimes sem autorização da Justiça. | 32 | 1 | 65 | 3 |
| O governo deve ter o direito de censurar jornais, rádios e TV. | 23 | 1 | 61 | 4 |
| O governo deve ter o direito de fechar o Congresso Nacional. | 21 | 2 | 71 | 6 |
| O governo deve ter o direito de torturar suspeitos para tentar obter confissões e informações. | 16 | 1 | 80 | 3 |

Fonte: Instituto Datafolha *apud* G1 (2018).

Ainda que os maiores percentuais sejam de discordância em relação as frases apresentadas, os índices de concordância apresentados pela pesquisa mostraram-se incompatíveis com os achados da CNV, e, conseqüentemente, com os objetivos buscados pela Justiça de Transição. Tal incompatibilidade parece evidenciar uma certa inaptidão da CNV em cumprir sua finalidade, que pode ser expressada também em uma inércia do Estado brasileiro no que diz respeito à concretização da Justiça de Transição.

Diante de tal impasse, nasceu, por meio de uma iniciativa do pesquisador que aqui escreve e seus professores orientadores Roberto Henrique Pôrto Nogueira e Natália de Souza Lisboa, o projeto de pesquisa “DIREITO E MEMÓRIA: estudo empírico da influência dos relatórios da CNV na construção das convicções subjetivas de professores da rede pública

estadual da Região dos Inconfidentes”. O projeto se propôs a questionar em que medida a iniciativa da Comissão Nacional da Verdade cumpre sua finalidade, como já foi dito, em assegurar a memória e a verdade histórica, para a promoção da reconciliação nacional, objetivos traçados também pela Justiça de Transição.

Almejou-se, desde o início, por meio de um estudo empírico, aferir a influência dos relatórios da CNV na construção das convicções subjetivas, acerca do período atentatório de direitos humanos por ela estudado, de uma população escolhida por conveniência, os professores da rede pública estadual da Região dos Inconfidentes (Ouro Preto e distritos, Mariana e Itabirito, localizados no estado de Minas Gerais).

Para executar o objetivo maior proposto, duas pesquisas preliminares, e meramente metodológicas, fizeram-se necessárias para estabelecer o caminho que seria seguido na resolução da questão-problema, uma vez que técnicas e métodos empíricos de maneira geral, no campo jurídico, ainda são pouco estudados e desenvolvidos. Sendo assim, o projeto foi dividido em três fases, de modo que nas duas primeiras pretende-se promover discussões pertinentes acerca da metodologia adotada, além de realizar seu desenvolvimento, e, na terceira, aplicar o resultado das etapas anteriores visando à concretização do objetivo maior.

A primeira pesquisa, ou primeira fase, é o presente trabalho, que busca identificar as possíveis incongruências dos delineamentos experimentais em relação à abordagem investigativa cartográfica. A segunda fase consiste em um projeto de iniciação científica, cujo nome é o mesmo daquele que o originou, já aprovado pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Institucional de Fapemig (PIBIC/FAPEMIG/UFOP), e que, diante das possíveis incongruências identificadas, intenta promover os ajustes e os desenhos úteis à promoção da compatibilidade das estratégias investigativas para a apreensão da realidade do objetivo maior.

É importante frisar que o presente trabalho se limita à identificação de incongruências e tão somente. A discussão acerca da possibilidade ou impossibilidade de compatibilização entre os delineamentos experimentais e a Cartografia não é admitida na presente fase como um dos objetivos.

Dito isso, com foco na presente pesquisa ou na primeira fase do projeto, é mister articular as noções acerca dos delineamentos experimentais e da Cartografia. Para a realização do recorte temático e teórico final, que serve de base ao trabalho, merece exposição a trajetória que se percorreu em decorrência de apostas anteriores. Esse esboço preliminar é justificativa da definição derradeira do universo de investigação. Vale dizer, inicialmente, a intenção era

empregar a pesquisa-ação e a pesquisa participante. Esse enfrentamento, como se demonstra a seguir, permite a superação dessa ideia inicial e o encanamento dos contornos atuais do trabalho monográfico.

2.1 Pesquisa-ação e Pesquisa Participante

Miracy Barbosa de Sousa Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias¹² dividem as técnicas e procedimentos metodológicos de pesquisa em dois grandes grupos, pesquisas de campo e pesquisas teóricas. Nessa classificação, a pesquisa-ação e a pesquisa participante, integram o grupo das pesquisas de campo, na qualidade de estratégias metodológicas. Esse é o foco do trabalho.

As pesquisas de campo definem-se como estratégias integradas de investigação, entre o pesquisador e o seu campo de pesquisa, com procedimentos organizados com base em uma metodologia definida, isto é, o pesquisador transporta-se de uma condição de dizer a verdade e estabelece um determinado tipo de relação com aqueles que compõem a realidade que se pretende estudar. Para tanto, o pesquisador deve passar pelos processos de distanciamento, se esse já o integra, ou de familiarização, se vai atuar em um campo com o qual não há nenhuma proximidade.¹³

Além disso, nas pesquisas de campo, têm-se a análise de cotidiano como uma das principais técnicas possíveis, uma vez que ela permite o levantamento de dados detalhados acerca do cotidiano das organizações, aptos a sofrerem análises de eficiência, eficácia e efetividade daquilo que se pretende estudar.¹⁴

A pesquisa-ação, conforme elucidada Michel Thiollent:

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.¹⁵

Segundo Miracy Barbosa de Sousa Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias,¹⁶ são pressupostos característicos da pesquisa-ação: a) um problema coletivo; b) o envolvimento

¹² DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 83.

¹³ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 83.

¹⁴ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 85.

¹⁵ THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 20.

¹⁶ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 90.

solidário e dialógico de todos os participantes; e c) a participação das pessoas ou grupos afetados como sujeitos e não só como informantes.

Portanto, a pesquisa-ação só é assim qualificada quando implica necessariamente uma ação das pessoas ou dos grupos implicados, no problema observado.¹⁷ Sendo assim, a pesquisa-ação tem como características a resolução de problemas coletivos de forma solidária e cooperativa, pautada na participação ativa da comunidade estudada. Essa participação mostra-se fundamental e deve partir sempre da horizontalidade entre os envolvidos e da troca recíproca de conhecimento.¹⁸

Michel Thiollent¹⁹ traz o acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação como um dos principais aspectos da pesquisa-ação. Logo, tal envolvimento e interação do pesquisador com as pessoas afetadas pelo problema investigado permitem que aquele capte o que essas têm a dizer.

A pesquisa participante, essa por sua vez, compartilha matrizes etnográficas da Antropologia. O trabalho de campo etnográfico implica necessariamente uma imersão do pesquisador sujeito no contexto do objeto em que se estuda (uma sociedade ou um grupo), para que através desse contato possa interagir de forma a registrar detalhadamente suas impressões sobre a problemática que se busca responder.²⁰

A pesquisa etnográfica, portanto, permite que o pesquisador apreenda a realidade que se propõe a estudar a partir de um outro ponto de vista, abarcando todas as complexidades características das relações humanas, desde que haja um controle metodológico rígido, que amenize a fragilidade inerente desse tipo de investigação, no que diz respeito à incorporação de subjetividades e de elementos ideológicos pelo pesquisador.²¹

Michel Thiollent,²² alerta para as semelhanças entre a pesquisa-ação e pesquisa participante, mas essas não se confundem. Para o autor, a pesquisa-ação é participativa, na medida em que a participação das pessoas implicadas é requisito necessário para o seu desenvolvimento, porém isso não significa que toda pesquisa-ação será pesquisa participante, justamente por conta da sua matriz etnográfica que pressupõe a imersão do pesquisador na

¹⁷ THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 20.

¹⁸ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 88-89.

¹⁹ THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 23.

²⁰ IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico. In: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 18.

²¹ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 91.

²² THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21.

situação problema investigada, para estabelecer relações comunicativas com as pessoas ou grupo atingidos com o intuito de se integrar, como se esses fosse.

Ainda segundo Michel Thiollent,²³ no caso das pesquisas do tipo participante, “[...] a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e com os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado.”

Logo, a pesquisa participante propõe analisar a situação problema de maneira diferente e com objetivos diferentes se comparada à pesquisa-ação. Na pesquisa participante, o pesquisador insere-se no campo investigado, ou já o integra, em ambos os casos, como um afetado pela situação problema investigada, visando a investigá-la, sem a pretensão de transformar tal contexto, e sim de apenas conhecê-lo.²⁴

A pesquisa-ação e a pesquisa participante, apesar de permitirem aferir as convicções de grupos populares integrantes das situações investigadas, por meio do diálogo, em tese sempre horizontal, e da aproximação crítica²⁵, foram abandonadas por este trabalho. O motivo do abandono se deu em razão da insuficiência técnica dos métodos em cumprir os objetivos propostos.

A pesquisa-ação e a pesquisa participante são incapazes de averiguar o impacto de influência de uma determinada causa sobre um determinado efeito. Tais métodos não foram desenvolvidos a fim de realizar análises causais. Assim, coube aos pesquisadores alcançar técnicas mais precisas à finalidade presente, que é de identificação de modelos capazes de viabilizar a medida do impacto dos relatórios da CNV nas formações das convicções subjetivas *in casu*.

Nesse sentido, na medida em que, no decorrer da pesquisa, foram descobertos os delineamentos experimentais, a possibilidade da sua aplicação no contexto das Ciências Sociais Aplicadas e a Cartografia, a pesquisa-ação e a pesquisa participante foram substituídas.

2.2 Delineamentos experimentais e Cartografia

Em razão de se enquadrarem como técnicas de pesquisa empírica e de se adaptam à análise causal pretendida pelo objetivo maior desse trabalho trifásico, os delineamentos

²³ THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21.

²⁴ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 90-91.

²⁵ THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 123.

experimentais foram escolhidos. Afinal, eles permitem ao pesquisador aferir se “X causou Y”.²⁶ Sendo assim, se o objetivo maior consiste em comprovar se os relatórios oficiais produzidos pela CNV são capazes de influenciar as convicções subjetivas de professores da rede pública estadual da Região dos Inconfidentes, acerca de um período específico de fragilidade nas estruturas institucionais de proteção aos direitos humanos. Significa que os delineamentos experimentais demonstram-se, em uma análise preliminar, como adequados a esse propósito. Essa é a razão de eles serem escolhidos para a averiguação de congruência.

Porém, os referenciais teóricos encontrados para a delimitação do seu conteúdo,²⁷ além de serem estadunidenses e, nessa medida, culturalmente distantes da realidade nacional, demonstram que os delineamentos são carregados de uma tradição metodológica ocidental, cartesiana e moderna de produção do conhecimento, por promoverem uma simplificação da realidade estudada, na medida em que apresentam como plano de fundo a possibilidade de que inúmeros contextos da realidade social possam ser rigorosamente controlados.

Considerando o contexto que a pesquisa pretende se desenrolar, - o pesquisador deseja continuar a desenvolvê-la, especialmente a fase três, dentro do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto, na linha dois, que se presta ao desenvolvimento de Novos Direitos e Novas Epistemologias - a Cartografia, enquanto estratégia político-ideológica investigativa, entra no projeto como uma aposta de parâmetro apto a desocultar e desenvolver, na presente fase, essas e outras ponderações e, com isso, promover as adaptações pertinentes na segunda fase do trabalho, sem que, contudo, o experimento seja descaracterizado.

A Cartografia, segundo Marilda Oliveira de Oliveira e Cristian Poletti Mossi,²⁸ é uma resposta ao paradigma moderno de ciência, que, por sua vez, promove a todo custo a simplificação dos fenômenos estudados, por meio de uma operação de dissociação entre sujeito e objeto, objeto e meio, e da criação de categorias e disciplinas que não se comunicam.

Com essa exposição, justificam-se as escolhas pelos delineamentos experimentais e da Cartografia, núcleos que integram o objetivo desta primeira fase do projeto. Não se pretendeu

²⁶ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 11.

²⁷ Como os livros: SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987 e CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979.

²⁸ OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 185-198, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2156>>. Acesso em: 27 maio 2019, p 192-193.

com esse capítulo esgotar todas as explicações e as considerações acerca dos delineamentos experimentais e da Cartografia, o que tem lugar nos capítulos seguintes.

Como um todo, o desejo do presente trabalho é funcionar, antes de tudo, como uma crítica à forma moderna de se fazer ciência e de se produzir conhecimento - na medida em que identifica as incongruências entre os delineamentos experimentais e a Cartografia - com conteúdo suficiente para a promoção de reflexões e das adaptações desejadas, somente em segunda fase.

3 DELINEAMENTOS EXPERIMENTAIS DE PESQUISA

São trazidas a seguir informações, características e reflexões do método experimental de pesquisa, visto que essas podem contribuir para a devida análise de suas eventuais incongruências com a Cartografia.

3.1 Experimentos controlados

O experimento, enquanto método científico, é recomendado como instrumento para trabalhos que pretendem realizar algum tipo de análise causal, a fim de provar, controladamente, que fenômeno específico ou efeito é resultado de determinada causa, ou influenciado por ela de alguma maneira, ou seja, todo experimento visa a comprovar uma relação de causalidade entre dois fatores.²⁹

Tradicionalmente, a lógica do método em questão consiste em isolar o objeto capaz de produzir o fenômeno que se deseja estudar, submetê-lo à experimentação, colocando-o em contato com a possível causa tida pelo pesquisador como capaz de influenciá-lo, ao mesmo tempo em que controla rigorosamente outras possíveis causas que também seriam capazes de influenciar a produção do fenômeno, mas são estranhas aos seus objetivos de pesquisa.³⁰

3.1.1 Variáveis dependentes, independentes e estranhas e definição operacional

Tanto o fenômeno quanto as possíveis causas estão diretamente ligados ao problema que determinada pesquisa pretende resolver e aos objetivos que almeja cumprir. Portanto, são de livre escolha do pesquisador. Por serem qualidades de livre escolha, que posteriormente são estudadas e servem de base para a construção de conclusões no decorrer de um dado trabalho, o fenômeno e as possíveis causas são chamados, no experimento, de variáveis, na medida em que variem em, no mínimo, dois valores ou níveis.³¹

Em uma pesquisa concreta é importante salientar que além da escolha das variáveis, o pesquisador vai além e as define operacionalmente, para que não seja vítima do nível de abstração que uma variável apresenta intrinsecamente. Definir operacionalmente as variáveis significa traduzi-las em formas concretas de observação ou manipulação, isto é, em operações específicas. Tal processo permite que as variáveis possam ser estudadas empiricamente.³²

²⁹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 11.

³⁰ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 51.

³¹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 12.

³² COSBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 84-85.

No âmbito do experimento, de maneira geral, verifica-se a presença de pelo menos três tipos de variáveis: as dependentes, as independentes e as estranhas. O fenômeno ou o efeito que se pretende estudar é chamado de variável dependente e a sua possível causa, de variável independente. Já as outras causas que podem interferir na produção do fenômeno, mas não compõem o objeto de estudo de um determinado trabalho, isto é, não são de interesse do pesquisador, são as variáveis estranhas.³³

Num determinado experimento, a variável independente é aquela que será manipulada pelo pesquisador, ao contrário da variável dependente que será apenas medida ou mensurada. As variáveis estranhas serão controladas, mantendo-se, por exemplo, sua influência constante durante todo o experimento.³⁴ O experimento é, em breves linhas, o método que procura medir a influência de variáveis independentes sobre variáveis dependentes, por meio do controle de variáveis estranhas.³⁵

Para exemplificar o que foi dito nos parágrafos anteriores, questiona-se: se um pesquisador deseja com seu trabalho estudar se a ração X é capaz de aumentar o rendimento de cachorros corredores da raça *Border Collie*, e pretende adotar o experimento como método, quais seriam suas variáveis dependente, independente e estranha, e como seriam realizadas suas definições operacionais?

O pesquisador de antemão tem como variável independente a ração X, uma vez que ele acredita ser essa a causa para o efeito estudado, e para comprovar a causalidade pode e precisa manipulá-la, tanto em termos de quantidade, quanto em maneiras de manipulação do seu conteúdo; o rendimento dos cachorros é sua variável dependente, isto é, o seu efeito, uma vez que após o contato com a variável independente, é observada e mensurada qual influência tal variável causa no desempenho dos animais. A variável estranha é tudo aquilo que impacta o rendimento dos cachorros e que não consiste na ração X, como outros tipos de alimentos, a quantidade de sono dormida por cada cachorro, a temperatura do ambiente em que correm, entre outras.

Em relação à definição operacional, se o único interesse do experimentador com as variáveis estranhas é controlar sua incidência, essa não passa por tal processo, ao contrário das variáveis dependentes e independentes. No exemplo dado, a variável independente já se

³³ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 21-22.

³⁴ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 12.

Outras formas de controle experimental serão melhor desenvolvidas no capítulo 5 do presente trabalho.

³⁵ COSBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 95.

encontra operacionalmente definida e delimitada o suficiente para ser manipulada e observada; o que não acontece com a variável dependente do rendimento. Afinal, o que consiste em render mais ou render menos? Como o pesquisador sem delimitar critérios objetivos é capaz de medir ou ao menos observar tal variável? Uma saída possível é considerar “rendimento” como a velocidade percorrida pelos cachorros em uma distância de 100 (cem) metros, ou até mesmo a distância máxima percorrida pelos animais em um determinado espaço de tempo.

3.1.2 Grupos controle e experimental

O experimento, entretanto, não se limita à escolha das variáveis e à sua delimitação operacional. A mensuração da influência de um desses fatores sobre o outro torna-se possível graças à divisão do(s) objeto(s) de pesquisa em dois tipos de grupos, um grupo controle e um grupo experimental, para a posterior comparação realizada entre os dois após passarem pelo tratamento estipulado. Constitui-se tratamento o contato da variável independente (causa) com a variável dependente (efeito), isto é, realizar o processo cujo efeito se deseja estudar em um experimento.³⁶

O grupo controle é aquele formado pelo objeto capaz de produzir o efeito que se pretende estudar (variável dependente), mas que não entra em contato com variável independente, ou seja, não recebe nenhum tipo de tratamento; o grupo experimental, por sua vez, também é formado pela variável dependente, mas passa pelo tratamento estipulado pelo pesquisador.³⁷

A soma dos grupos controle e experimental consiste em todos os sujeitos que são submetidos ao experimento. É importante ressaltar que tais sujeitos podem não corresponder a uma amostra, uma vez que não são necessariamente selecionados mediante técnicas de amostragem estatística (ou amostragem probabilística). Porém, nada impede que o pesquisador realize tal delimitação, sendo importante que a faça se deseja que os sujeitos envolvidos no experimento sejam representativos de uma população maior.³⁸

Uma vez definidos, a divisão dos sujeitos entre o grupo controle e o grupo experimental, e respectivamente entre os tratamentos, para que o experimento seja considerado genuíno ou propriamente dito, deve ser feita mediante distribuição aleatória. Sendo assim, nessa etapa do

³⁶ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 13.

³⁷ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 14-15.

³⁸ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 14.

método, enquanto experimento propriamente dito, não há arbitrariedade por parte do pesquisador.³⁹

3.1.3 Distribuição aleatória

A distribuição aleatória (ou casualização) consiste em uma tentativa de equiparar os dois ou mais grupos participantes do experimento, antes da sua realização. Tal equiparação é feita através de algum tipo de sorteio equiprovável, em que todos os sujeitos apresentam as mesmas chances de integrar o grupo submetido ao tratamento A ou o grupo submetido ao tratamento B.⁴⁰

A distribuição aleatória é tida como o melhor meio para que se possa comprovar a relação de causa e efeito entre a variável independente e a variável dependente, uma vez que o pesquisador, ao realizá-la, parte da suposição de ter formado grupos equivalentes, em que as variáveis estranhas ao seu experimento incidem de maneira igual em ambos os grupos, e, portanto, suas influências se anulam. Com a distribuição aleatória, o pesquisador, ao final do experimento, encontra-se possivelmente seguro em afirmar que as diferenças que aparecem, entre os grupos são resultado do tratamento escolhido (variável independente) e não de algumas diferenças preexistentes entre eles (variáveis estranhas).⁴¹

Com um experimento formado por um grupo heterogêneo de sujeitos, que diferem em escolaridade, religião, sexo, renda, no qual essas características não figuram como variáveis independentes ou dependentes, tais diferenças podem ter sua influência eliminada pela via da distribuição aleatória dos sujeitos. Logo, aposta-se que, com a distribuição aleatória, os grupos tornam-se equivalentes.⁴²

Entretanto, a noção de que a distribuição aleatória é capaz de formar grupos equivalentes não passa de uma suposição, uma vez que há a probabilidade, ainda que pequena, de que os grupos formados sejam realmente diferentes, mesmo após essa casualização. Tal probabilidade é levada em conta ao final do experimento na fase de análise dos resultados.⁴³

³⁹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 11.

⁴⁰ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 14.

⁴¹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 14.

⁴² SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 13.

⁴³ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 15.

Ainda que a distribuição aleatória não seja um procedimento capaz de oferecer 100% de garantia de idoneidade dos resultados como sendo decorrentes de causa específica (variável independente), ele consiste no método comumente apontado nas ciências sociais para a criação de grupos equivalentes sem o comprometimento da generalidade do estudo, como ocorre na manutenção provocada de variáveis estranhas constantes.⁴⁴

3.1.4 Manutenção das variáveis estranhas constantes

Uma outra forma de controlar a incidência de variáveis estranhas é mantê-las artificialmente constantes durante todo o experimento. Assim, o experimento permanece composto por sujeitos com características homogêneas. Em um determinado experimento, se variáveis como sexo, idade, escolaridade e religião podem influenciar o efeito pretendido, uma saída para controlá-las é realizar o experimento, por exemplo, somente com homens, de 20 anos, com ensino médio completo e católicos.⁴⁵

A manutenção provocada das variáveis estranhas constantes permite que o pesquisador tenha a exata certeza do impacto que tais variáveis estranhas causa em seu experimento, ao contrário da distribuição aleatória. Registre-se, contudo, que, ao realizá-la, o pesquisador compromete o grau de generalização da pesquisa, uma vez que os resultados provenientes do experimento só podem ser replicados para aquelas pessoas que apresentam as mesmas características dos sujeitos que a ela foram submetidos.⁴⁶

3.1.5 Validade interna e externa do experimento

No âmbito da pesquisa experimental são sopesadas em todas as etapas dois tipos de validade, a interna e a externa. Todas as escolhas realizadas pelo pesquisador durante o experimento buscam privilegiar ambas, em maior ou menor grau. Ambas dizem respeito aos resultados alcançados pelo método, após ter sido colocado em prática.⁴⁷

Um determinado experimento apresenta validade interna quando as relações causais são identificadas de forma precisa, isto é, prova-se de fato que o tratamento experimental influenciou a ocorrência do efeito estudado. A validade externa, de outra sorte, é sinônimo do

⁴⁴ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 15.

⁴⁵ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 12.

⁴⁶ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 12.

⁴⁷ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 12.

grau de generalização, e diz respeito à capacidade dos resultados serem replicados para além do momento, do lugar e das pessoas que o experimento aborda.⁴⁸

Para que a validade interna⁴⁹ seja garantida, as variáveis estranhas devem ser rigorosamente controladas, isto é, todas aquelas variáveis que não interessam ao pesquisador e que podem provocar efeitos no evento estudado, influenciando o resultado da pesquisa, devem ter suas incidências oscilantes afastadas do experimento.⁵⁰

Em suma, a distribuição aleatória promove um certo equilíbrio entre a validade interna e, ainda que não envolva necessariamente uma delimitação por amostragem probabilística, a validade externa, ao contrário da manutenção provocada das variáveis estranhas, que privilegia a validade interna em detrimento da externa.

3.1.6 Experimentos de laboratório e experimentos de campo

Em relação ao ambiente em que a divisão dos grupos controle/experimental e a realização dos tratamentos ocorrem, o experimento pode ser dividido em dois segmentos: os experimentos de laboratório e os experimentos de campo.

Os experimentos de laboratório, por serem desenvolvidos em ambientes artificialmente criados, promovem um grau de controle mais robusto de variáveis estranhas, na medida em que se manipula a variável independente da maneira que o pesquisador deseja. Nos experimentos de campo, há o controle de variáveis estranhas, porém em um grau menor, pelo fato da variável independente ser manipulada em seu ambiente livre, e portanto, haver uma certa dificuldade do pesquisador em controlar os inúmeros aspectos de uma situação da vida real.⁵¹

3.2 Delineamentos experimentais

Os delineamentos experimentais referem-se às inúmeras formas de se realizar experimentos. Os delineamentos experimentais são os desenhos possíveis para o desenvolvimento do método, e cada qual apresenta vantagens e desvantagens. Todos os delineamentos visam a comprovar uma relação de causalidade. Assim, a escolha do delineamento a ser adotado cabe ao pesquisador, conforme sua perspectiva de abordagem do

⁴⁸ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 5.

⁴⁹ A validade interna e as variáveis estranhas que as ameaça, serão melhores desenvolvidas no capítulo 5.

⁵⁰ CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 9.

⁵¹ COSBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 98.

seu problema de pesquisa, seus objetivos e, principalmente, suas possibilidades financeiras, temporais, espaciais, dentre outras.

Para a descrição dos delineamentos, o trabalho emprega as incógnitas e respectivas legendas para representar os componentes que integram o experimento:

R: indica que os sujeitos foram distribuídos aleatoriamente;

X: consiste em um tratamento efetuado, no contato da variável independente com a variável dependente.

O: consiste em uma coleta de valores ou dados da variável dependente, do efeito almejado.⁵²

Os delineamentos apresentados neste tópico não correspondem à totalidade de delineamentos existentes no âmbito da pesquisa experimental, e não é objetivo do subtítulo esgotar as possibilidades do método, e sim promover reflexões acerca do seu desenvolvimento.

Atendo-se aos referências teóricos adotados, são apresentados: a) o delineamento antes-depois com dois grupos ou pré-teste e pós-teste aplicados a grupo experimental e a grupo controle aleatórios; b) o delineamento de quatro grupos de Solomon; c) o delineamento de dois grupos casualizados ou delineamento com grupo de controle e só pós-teste; d) o delineamento fatorial; e e) os delineamentos de sujeito único.

3.2.1 Delineamento antes-depois com dois grupos ou pré-teste e pós-teste aplicados a grupo experimental e a grupo controle aleatórios

Este delineamento, por ser experimental, envolve a divisão dos sujeitos em dois grupos, um controle e um experimental, mediante distribuição aleatória. O grupo experimental recebe o tratamento, entrando em contato com a variável independente, ao contrário do grupo controle que não é submetido ao tratamento.⁵³

Entretanto, os dois grupos são foco de observação, em dois momentos e ao mesmo tempo: (i) primeiramente, é aplicado em ambos os grupos um pré-teste a fim de mensurar os escores, ou valores da variável dependente; aplicado o pré-teste, segue o experimento com a realização do tratamento no grupo experimental; (ii) realizado o tratamento, medem-se

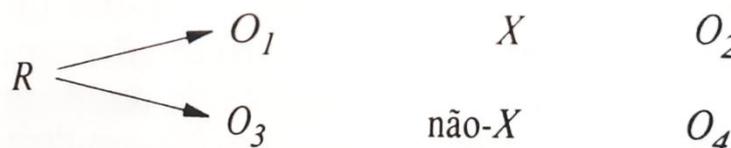
⁵² SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 23.

⁵³ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 23.

novamente os valores da variável dependente, através de um pós-teste, também aplicado a ambos os grupos, ainda que o grupo controle não tenha sido submetido ao tratamento.⁵⁴

O experimento que se utiliza do delineamento antes-depois com dois grupos pode ser ilustrado por meio do seguinte esquema:

Figura 1 - Delineamento antes-depois com dois grupos



Fonte: (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK; KIDDER, 1987, p. 23)

Os resultados do experimento são obtidos através da comparação dos valores das variáveis dependentes antes e depois da sua apresentação ou não-apresentação à variável independente, e da comparação entre os dois grupos. Se após a realização do tratamento, no grupo experimental há mudanças de valores entre o pré-teste e o pós-teste, e no grupo controle eles se mantêm inalteráveis, estando assegurado que as variáveis estranhas tenham sido rigorosamente controladas, comprova-se a influência da variável independente sobre a variável dependente.⁵⁵

Esse delineamento chamado de antes-depois com dois grupos ou pré-teste e pós-teste aplicados a grupo experimental e a grupo controle aleatórios é o mais utilizado dentre todos aqueles disponibilizados pelo método experimental, uma vez que a presença de um pré-teste traz vantagens.⁵⁶

O pré-teste, ao permitir que a variável dependente seja mensurada antes do tratamento, confirma se a distribuição aleatória realizou de forma efetiva a equivalência entre os grupos, verificando assim a casualização do experimento. O pré-teste também autoriza comparações intra-individuais, que dão mais precisão ao experimento, uma vez que cada sujeito do experimento se torna seu próprio parâmetro de comparação de escores e, conseqüentemente análise de resultados, ou controle.⁵⁷

⁵⁴ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 23.

⁵⁵ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 23.

⁵⁶ CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 25.

⁵⁷ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 24.

Porém, o pré-teste pode ser considerado desvantajoso, conforme o referencial teórico de quem analisa os procedimentos investigativos, por ter a capacidade de sensibilizar os sujeitos, fazendo com que eles descubram os objetivos do experimento antes da manipulação do tratamento e adotem determinadas atitudes no pós-teste.⁵⁸ Diante dessa situação, pode ser inviável a comprovação de que os escores do pós-teste são resultados apenas da manipulação do tratamento, vale dizer, de que não foram influenciados pela pré-testagem.

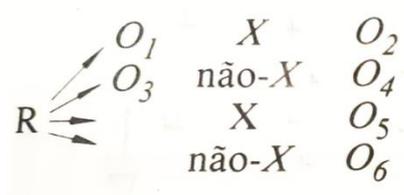
O delineamento por si só não oferece uma solução para tal problema, porém, para resolver a questão, desenvolve-se um outro tipo de delineamento capaz de discriminar, no experimento, o que corresponde à influência do pré-teste e o que corresponde à influência da variável independente ou tratamento sobre a variável dependente. Tudo isso tem lugar sem o abandono do pré-teste.⁵⁹ Trata-se do delineamento de quatro grupos de Solomon, exposto a seguir.

3.2.2 Delineamento de quatro grupos de Solomon

Como o próprio nome já introduz, o delineamento envolve a presença de quatro grupos, separados mediante distribuição aleatória. Dentre os quatro, tem-se a presença de dois grupos controle e dois grupos experimentais. Dos dois grupos experimentais, ambos irão receber o tratamento, mas apenas em um deles será realizado algum tipo de pré-teste. Já em relação aos dois grupos controle, ambos não irão receber o tratamento, mas somente em um deles será realizado algum tipo de pré-teste. Todos os quatro serão submetidos ao pós-teste.⁶⁰

Um experimento que se utiliza de tal delineamento pode ser ilustrado da seguinte forma:

Figura 2 - Delineamento de quatro grupos de Solomon



Fonte: (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK; KIDDER, 1987, p. 25)

⁵⁸ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 24.

⁵⁹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 24.

⁶⁰ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 25.

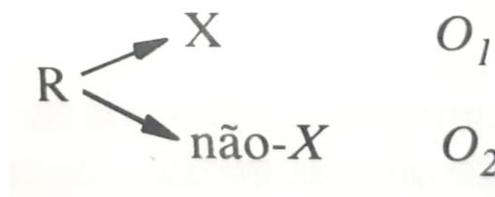
O delineamento dos quatro grupos de Solomon permite que a real influência da variável independente sobre a variável dependente seja mensurada de forma mais isolada uma vez que se sabe de modo mais preciso a dimensão do impacto que o pré-teste causa no experimento. Se os grupos experimentais 1 e 2 apresentam a mesma variação de valores entre o pré-teste e o pós-teste, prova-se que a primeira coleta de dados não tenha sido capaz de influenciar a variável dependente, de modo que todas as suas variações sejam resultado apenas da variável independente.⁶¹

Com a influência mensurada, a relação de causa e efeito pretendida pelo experimento é consequentemente alcançada, e com isso o delineamento garante índice significativo de validade interna para as pesquisas que o utilizam. É importante frisar sempre que nesse e em outros delineamentos, por se tratar de experimentos, há sempre o constante controle das variáveis estranhas.⁶²

3.2.3 Delineamento de dois grupos casualizados ou delineamento com grupo de controle e só pós-teste

No delineamento de dois grupos casualizados os sujeitos participantes do experimento são divididos entre o grupo controle e o grupo experimental, por meio da distribuição aleatória. Aplica-se o tratamento ao grupo experimental, o que não ocorre no grupo controle. Após a manipulação da variável independente, realiza-se nos dois grupos o pós-teste, coletando dados da variável dependente.⁶³ Não há pré-teste.

Figura 3 - Delineamento de dois grupos casualizados



Fonte: (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK; KIDDER, 1987, p. 23)

Ao realizar o tratamento e o pós-teste, se houver diferença de valores da variável dependente entre os dois grupos, prova-se, em tese, que a variável independente exerceu sua

⁶¹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 25.

⁶² SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 25.

⁶³ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 23.

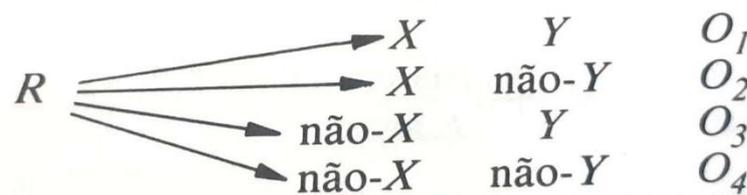
influência, desde que tenha sido realizado o controle rigoroso das variáveis estranhas. Entretanto, por não haver um pré-teste, não há parâmetro apto a aferir a variação da variável dependente, assim como não há como medir a intensidade da influência da variável independente.⁶⁴

3.2.4 Delineamento fatorial

O delineamento fatorial é recomendado para aqueles experimentos que pretendem medir a influência conjunta de duas ou mais variáveis independentes sobre determinada variável dependente. Nesse delineamento, a quantidade de grupos corresponderá às possibilidades de combinações possíveis entre as variáveis independentes, isto é, nas possibilidades de tratamentos, sabendo que uma variável independente implica, necessariamente, pelo menos dois grupos.⁶⁵

Sendo assim, um experimento de delineamento fatorial com duas variáveis independentes, uma representada por “X” e outra por “Y”, apresenta a seguinte configuração:

Figura 4 - Delineamento fatorial



Fonte: (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK; KIDDER, 1987, p. 25)

Divididos os sujeitos que integram os grupos por meio da distribuição aleatória, no delineamento fatorial não há a realização de pré-testes. Por esse motivo, são pertinentes as recomendações feitas para o delineamento de dois grupos casualizados no que pese ao controle das variáveis estranhas.

Como foi dito na subseção anterior, a ausência de pré-teste compromete a aferição dos escores da variável dependente, diante do seu contato com a variável independente. Nos delineamentos experimentais em que não há uma medição inicial do escore da variável

⁶⁴ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 23.

⁶⁵ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 25.

dependente, a garantia da influência da variável independente se dá através do controle das variáveis estranhas.⁶⁶

3.2.5 Delineamentos de sujeito único

Os delineamentos de sujeito único ou intra-sujeitos são encarados mais como uma categoria de experimentos do que um delineamento propriamente dito, como aqueles que foram expostos nas subseções anteriores. Eles apresentam as características básicas de um experimento, como a presença de variáveis independentes, dependentes e estranhas, mas se diferem em relação à alocação dos sujeitos no desenrolar do experimento. Os delineamentos de sujeito único ganham relevância no campo das Ciências Sociais responsáveis pelo estudo do comportamento humano.⁶⁷

Tradicionalmente, e como foi exposto na subseção 2.2.2, os experimentos são realizados entre-grupos, isto é, mediante divisão das condições experimentais entre, no mínimo, dois grupos, com a posterior comparação da influência da variável independente sobre eles. Entretanto, outras abordagens experimentais podem ser realizadas sem que haja a divisão dos sujeitos em um grupo controle e um grupo experimental. É o caso dos delineamentos de sujeito único.⁶⁸

Os delineamentos de sujeito único procuram tratar individualmente cada sujeito, tanto no que se refere às decisões tomadas no decorrer do delineamento, quanto ao processamento de dados. Porém, isso não significa que os experimentos sejam executados com a presença de um único sujeito. Nos delineamentos em questão, todos os sujeitos são expostos às condições experimentais e as observações são realizadas de forma contínua em todo o processo, de forma a mensurar se há uma relação entre a variável manipulada no experimento e o desempenho do organismo individual.⁶⁹

⁶⁶ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 25.

⁶⁷ Por ser uma categoria, os delineamentos de sujeito único abarcam uma série de outros delineamentos, como o delineamento ABAB ou de reversão, o delineamento de linha de base múltipla, o delineamento de mudança de critério, os delineamentos de sonda e os delineamentos de retirada, que não serão desenvolvidos na presente oportunidade por não compreender como um dos objetivos do presente trabalho. Para um desenvolvimento completo acerca dos delineamentos de sujeito único, ver: SAMPAIO, Angelo Augusto Silva *et al.* Uma Introdução aos Delineamentos Experimentais de Sujeito Único. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jan./jun, n. 12(1), p. 151-164, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/9537/9218>>. Acesso em: 27 maio 2019.

⁶⁸ SAMPAIO, Angelo Augusto Silva *et al.* Uma Introdução aos Delineamentos Experimentais de Sujeito Único. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jan./jun, n. 12(1), p. 151-164, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/9537/9218>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 153.

⁶⁹ SAMPAIO, Angelo Augusto Silva *et al.* Uma Introdução aos Delineamentos Experimentais de Sujeito Único. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jan./jun, n. 12(1), p. 151-164, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/9537/9218>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 153.

Ao que parece, a utilização dos delineamentos de sujeito único, sobretudo no campo das Ciências Sociais, pode afigurar-se como caminho adequado, especialmente se comparados aos delineamentos entre-grupos. Afinal, no caso do delineamento de sujeito único, pelo fato do comportamento humano ser igualmente singular (duas pessoas não se comportam da mesma maneira), as formas de interações com o mundo exterior consistem em fenômeno característico de cada organismo individual. Atenta-se para o fato de que os cálculos utilizados nos delineamentos entre-grupos para a agregação dos seus resultados, como médias de desempenhos de grupos de indivíduos, não são capazes de representar o desempenho de nenhum dos seus componentes, pois raramente um sujeito se comporta como essa média.

Além disso, realizar tal média entre-grupos não possibilita a explicação do comportamento de um organismo individualmente considerado, por misturar dados que são efetivamente comportamentais com dados que não são comportamentais, como a diferença dos desempenhos entre os grupos.⁷⁰

⁷⁰ SAMPAIO, Angelo Augusto Silva *et al.* Uma Introdução aos Delineamentos Experimentais de Sujeito Único. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jan./jun, n. 12(1), p. 151-164, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/9537/9218>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 154.

4 O MÉTODO DA CARTOGRAFIA?

Entende-se por Modernidade o espaço/tempo marcado por um projeto hegemônico europeu, desenvolvido de maneira epistêmica, política e intelectual a partir do século XV, durante o processo de colonização do Sul global. Esse projeto é pautado pela reprodução de uma lógica binária, simplificadora e uniformizadora da realidade, que expurga diversidades e complexidades.⁷¹

Tal lógica, expressada por meio da dicotomia denominada “nós vs. eles”, impacta os mais diversos costumes, normas e práticas na sociedade capitalista, funcionando como uma forma de conceber o mundo, desde o século XV. Tal lógica pode ser metaforizada como a lente pela qual a realidade é lida em dado contexto.⁷²

Dentro dessa sistemática, o “nós” funciona como a representação de um determinado padrão composto por características eleitas por um grupo específico (europeu por sua vez) como aceitáveis e “eles” como a representação de tudo aquilo que não se enquadra nos parâmetros e, por isso, precisa ser normalizado.

Percebe-se que na medida em que se utiliza mecanismos de significação e de categorização da realidade, a lógica moderna não admite nenhum tipo de complexidade e de diversidade, pois, ao mesmo tempo que se estabelecem dois únicos espaços possíveis para abarcar uma infinidade de possibilidades, eliminam-se ou marginalizam-se aqueles que não conseguem ser bem-sucedidos no processo.⁷³

Enrique Dussel⁷⁴ traz o ano de 1492 como o início simbólico da Modernidade, que se assenta e se desenvolve com base na criação de um “mito”, isto é, na criação do “Outro bárbaro, rude, inferior” como mecanismo de dominação. A lógica do “nós vs. eles”, desenvolvida por Immanuel Wallerstein em *O universalismo europeu: a retórica do poder*, aproxima-se muito da ideia de mito da Modernidade desenvolvida por Dussel, uma vez que ambos escancaram a maneira como se justificou o processo de expurgação de diversidades durante a colonização europeia.

A Modernidade é tida como mito, pois se desenvolveu da seguinte forma: a Europa, no processo de colonização do Sul global, ao mesmo tempo em que se autodefiniu como superior

⁷¹ MAGALHÃES, Hugo Baracho; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; ÁLVARES, Lucas Parreira. **A desconstrução do estado moderno: infiltrações e diversidades**. Belo Horizonte: Initia Via, 2016, p. 16.

⁷² WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 66.

⁷³ MAGALHÃES, Hugo Baracho; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; ÁLVARES, Lucas Parreira. **A desconstrução do estado moderno: infiltrações e diversidades**. Belo Horizonte: Initia Via, 2016, p. 16.

⁷⁴ DUSSEL, Enrique D. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes 1993, p. 32.

e mais desenvolvida, desqualificou outras culturas como inferiores, rudes, bárbaras, de maneira que nasceria para o continente uma exigência moral de modernizar e desenvolver os bárbaros que não apresentavam características europeias. O mito da Modernidade consiste em “[...] vitimizar o ‘Outro’, declarando-o como causa culpável da sua própria dominação e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial.”⁷⁵

A Modernidade e sua lógica de simplificação e uniformização da realidade, por funcionar também como um projeto epistêmico, impactou a forma que se produziu o conhecimento nesse dado contexto, sobretudo o científico. As estruturas do saber, ao longo de todo o processo, ao mesmo tempo que eram influenciadas pela Modernidade e sua lógica característica, funcionavam historicamente como formas de sua manutenção.⁷⁶

O nascimento do conhecimento científico moderno deu-se através da migração do polo religião, como explicação dos fatos sociais e naturais, para a razão. Nesse período, a ciência criada pelo homem, determinista, matematizada e fundamentada em leis, tomou das explicações divinas e de Deus o lugar de centro da sociedade.⁷⁷

A primazia da razão promovida pela Modernidade elevou o conhecimento científico ao único conhecimento válido, sob a justificativa de que esse era resultado da aplicação de um método. O método, por sua vez, consistia em um sistema lógico, um caminho a se seguir, para a produção do conhecimento científico. Tal noção de método foi inaugurada pelo filósofo francês Francis Bacon, no início do século XVII, com base no trabalho do cientista árabe Alhazen, de 600 anos antes, e logo reforçado pelo filósofo, também francês, René Descartes.⁷⁸

O método científico de Francis Bacon estabelece que os cientistas devem fazer observações, estipular teorias gerais para explicar o que se passa e com isso submeter a teoria a um teste que seja capaz de comprová-la. Se determinada teoria parecer verdadeira, os resultados do teste podem ser passíveis de revisão ou convalidação por parte de outros cientistas, uma vez que o caminho percorrido foi compartilhado. Através do método, a possibilidade de refutação torna-se o principal trunfo do conhecimento científico.⁷⁹

⁷⁵ DUSSEL, Enrique D. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes 1993, p. 75.

⁷⁶ WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

⁷⁷ ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 166.

⁷⁸ HART-DAVIS, Adam *et. Al.* **O livro da ciência**. São Paulo: Globo, 2016, p. 12.

⁷⁹ HART-DAVIS, Adam *et. Al.* **O livro da ciência**. São Paulo: Globo, 2016, p. 12.

É nesse sentido que a rigorosidade metodológica se demonstrou como um verdadeiro avanço trazido pela Modernidade, não devendo ser renegada. Contudo, a inferiorização de outros saberes que não apresentam os mesmos pressupostos que a ciência moderna (objetividade, causalidade, sistematização e produtividade), bem como a tentativa de estipulação de teorias gerais para compreensão plena da realidade, isto é, para explicar fenômenos complexos por si só, demonstram-se como pontos questionáveis. A lógica moderna exprimiou-se na ciência ao instituir um paradigma reducionista e homogeneizante de produção do conhecimento. Esta lógica tenta transportar de forma interpretativa o objeto de estudo a uma dada teoria que se pretende universal e capaz de explicá-lo de forma ampla, e que ignora todas as variações e multiplicidades que, porventura, fogem da lei estipulada.⁸⁰

Na medida em que sua produção atingiu grande escala, resultando em contribuições importantes para a sociedade, a ciência moderna demonstrou que suas ferramentas são insuficientes para retratar o que ocorre, de fato, na vida.⁸¹ O paradigma científico moderno denominado de paradigma da simplificação contrapõe-se à complexidade e à infinidade de subjetividades, um conhecimento tido como verdadeiro, geral e simplificado, que tem como objetivo alcançar um patamar de certezas.⁸²

Tendo em vista os impactos promovidos pela Modernidade nas formas de produção do conhecimento e o desenvolvimento do conteúdo do experimento controlado realizado no capítulo 3, tem-se que os delineamentos experimentais através do controle rigoroso de variáveis estranhas promovem uma simplificação da realidade e, dessa forma, mostram-se como um resultado do paradigma moderno.

Atualmente, a utilização dos experimentos controlados em estudos demonstra que o impacto da Modernidade sobre o campo da epistemologia⁸³ não se restringiu ao período de colonização. Sendo assim, verifica-se uma permanência das formas coloniais/modernas de

⁸⁰ ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 166.

⁸¹ ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 168.

⁸² MORIN, 1983 apud ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 168.

⁸³ Utiliza-se em todo o trabalho “epistemologia” como significante de: “estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas; teoria da ciência” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008, p. 357).

dominação sobre as maneiras de produção do conhecimento, denominada Colonialidade do saber.⁸⁴

E é como uma resposta a esse paradigma moderno, uniformizador ou simplificador da ciência que a Cartografia ganha espaço. A Cartografia mostra-se como uma das ferramentas possíveis de resistência epistêmica à Modernidade, por ser capaz de abarcar complexidades, através da proposição de problemas e da investigação do coletivo de forças, ou influências, em cada situação, tentando ao máximo afastar dogmas reducionistas.⁸⁵

4.1 Mil Platôs e a contribuição de Deleuze e Guattari: o rizoma

Antes de traçar as possíveis características da Cartografia e discutir acerca da sua natureza metodológica, é importante apresentar aquilo que a sustenta, bem como suas origens. A Cartografia do presente trabalho, tratada até o momento enquanto estratégia investigativa, é aquela desenvolvida com base nos escritos dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, em sua obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1*. Os autores trazem a Cartografia como um princípio (“princípio da cartografia e de decalcomania”) daquilo que ambos chamam de rizoma.

O conceito de rizoma foi transportado da botânica pelos autores. No campo da biologia, o rizoma consiste em um caule, geralmente subterrâneo, que acumula substâncias nutritivas e se ramifica semelhantemente a uma raiz, mas que com ela não se confunde. O rizoma, diferentemente da raiz de uma árvore, cresce de maneira horizontal, sem uma direção clara e definida, unindo pontos tidos como incomunicáveis.⁸⁶

Gilles Deleuze e Félix Guattari, portanto, inspiram-se na noção botânica de rizoma para desenvolver um questionamento ao próprio pensar humano. A metáfora do rizoma destina-se a “[...] combater o privilégio secular da árvore que desfigura o ato de pensar e dele nos desvia.”⁸⁷. Assim, o pensamento rizomático não se justifica por nenhum modelo estruturado ou gerativo de conceber a realidade. Isto porque o pensamento rizomático é acêntrico e se contrapõe ao

⁸⁴ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 100.

⁸⁵ ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 169.

⁸⁶ VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDAL, Maria Rosária Rodrigues. *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos*. 4. ed. rev. ampl. Viçosa: UFV, 2000.

⁸⁷ ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 52.

pensamento que busca nas origens, nos eventos anteriores e nos ancestrais, explicações para uma dada questão.⁸⁸

O rizoma, ao contrário da árvore, não tem início e nem fim. Ele se encontra sempre no meio das coisas, no emaranhado, fazendo conexões das influências que permeiam qualquer realidade possível de ser estudada.

A árvore cartesiana, por sua vez, organiza o conhecimento em galhos e ramificações e pressupõe sua filiação na medida em que impõe a leitura da realidade pautada no verbo “ser”. O pensamento nessa lógica é tido como algo estático e estagnado, resultado de algum processo gerativo.⁸⁹

Segundo os autores, tudo aquilo que é produzido na lógica da árvore cartesiana resulta em um processo de decalque, isto é, de cópia e reprodução da realidade que é responsável por hierarquizá-la em todas as suas fases.⁹⁰

O pensamento rizomático, por sua vez, expressa-se pela conjunção aditiva “e”. Ele retrata a realidade como um processo de adição de fatores, sempre em movimento e em desenvolvimento. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, na lógica do rizoma, perguntas como “Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar?” são inúteis, vez que (i) fazer tábula rasa da realidade, (ii) traçar uma linha de chegada para uma dada investigação e (iii) buscar um começo ou um fundamento na compreensão daquilo que foi apurado implicam “[...] uma falsa concepção da viagem e do movimento.”⁹¹

A Cartografia, justamente pelo significado que tradicionalmente carrega⁹², é escolhida como um dos princípios do rizoma. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, pensar de forma rizomática consiste cartografar determinada realidade, isto é, construir mapas daquilo que se pretende estudar. Aquele que pensa de forma rizomática realiza a ação de cartografar, portanto. Ao cartografar, lança-se na realidade e na experimentação pautada no real, vez que fazer mapas é processo oposto ao de decalque.⁹³

⁸⁸ DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 21.

⁸⁹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 21.

⁹⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 21.

⁹¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 37.

⁹² Segundo o dicionário Aurélio, “Cartografia” significa “arte ou ciência de compor cartas geográficas ou mapas” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008, p. 216).

⁹³ DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 22.

Segundo os autores, o mapa é algo aberto, capaz de demonstrar a conexão das influências que recaem sobre os campos, de maneira desmontável, reversível e passível de constantes modificações. Dessa forma, o mapa adapta-se a inúmeras montagens e configurações a depender do contexto que ele se volta. Ele poderá ser desenvolvido por qualquer indivíduo, grupo ou formação social. Além disso, o mapa apresenta múltiplas entradas, múltiplos inícios e caminhos. Por esse motivo, não possui nenhum ponto de partida, ao contrário do processo de decalque, que sempre parte e volta de um mesmo ponto.⁹⁴

Na sequência, Gillies Deleuze e Félix Guattari propõem que a filosofia deveria se preocupar menos em desenvolver modelos conceituais causais e lineares de representação da realidade. Ao invés disso, a filosofia deveria se voltar para o estudo, em perspectiva cartográfica, de processos e engendramentos inventivos, plurais e flexíveis, tangenciados por inúmeros acontecimentos.⁹⁵

Vale salientar que Gillies Deleuze e Félix Guattari nunca colocaram a Cartografia como estratégia investigativa, tampouco como um método científico. A Cartografia é trazida como uma contribuição ao modo rizomático de se conceber realidades, através do mapeamento de processos. Entretanto, eles contribuíram para a noção posterior de Cartografia enquanto método.

4.2 A Cartografia confessada enquanto estratégia investigativa crítico-política

Diante do contraponto da Cartografia ao paradigma científico moderno, questiona-se o seu enquadramento enquanto método científico, isto é, palavra de ordem que exprime um caminho de regras e procedimentos pré-estabelecidos usados para atingir determinados objetivos também pré-fixados.⁹⁶

A Cartografia em sua concepção tradicional, isto é, atrelada ao campo de conhecimento da geografia, tem como objetivo a busca de um conhecimento fundado em bases matemáticas, estatísticas, valendo-se de técnicas e instrumentos sofisticadas para traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, bem

⁹⁴ DELEUZE, Gillies; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1.** São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 22.

⁹⁵ OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 185-198, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2156>>. Acesso em: 27 maio 2019, p 191.

⁹⁶ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2009, p. 8.

como retratar a distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras.⁹⁷

A Cartografia aqui descrita, também chamada de Cartografia social, relaciona-se com as ciências sociais e humanas para promover mais que um mapeamento físico, na medida em que trata de “[...] movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade.”⁹⁸

A Cartografia social não se atrela a noção de método como proposição de regras, mas sim, como “[...] estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência.”⁹⁹

Virgínia Kastrup¹⁰⁰ traz a Cartografia como um método que visa a acompanhar um processo, sem a pretensão de representar o objeto. Para a autora, o método cartográfico lançaria mão de pesquisas de campo para o estudo ou mapeamento do processo de construção de subjetividades, sem que se defina de antemão os objetivos que serão perseguidos, bem como o conjunto de regras abstratas a serem aplicadas na investigação. A Cartografia seria um método que permitiria a pesquisa se construir no seu decorrer, seguindo um caminho que se revelaria ao caminhar.

A ausência de pré-fixação de objetivos e regras abstratas capazes de persegui-los, somada ao fato de que cada caminho é particular, explicita a Cartografia enquanto um método *ad hoc*, ou seja, um método construído caso a caso, sendo exclusivo de cada trabalho que a adote.¹⁰¹

⁹⁷ PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 47.

⁹⁸ PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 47.

⁹⁹ PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 47.

¹⁰⁰ KASTRUP, Virgínia. Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Lílina da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 32.

¹⁰¹ KASTRUP, Virgínia. Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Lílina da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 32.

Na mesma linha, Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros¹⁰² expõem a Cartografia como um método que também se abdicar de um modo prescritivo - ditado por objetivos pré-estabelecidos - de se fazer pesquisa, mas que não abre mão do rigor e da noção de orientação de percurso que a palavra método exprime.

Etimologicamente a palavra método vem do grego *methodos*, composta pelos núcleos *metá* (reflexão, raciocínio, verdade) e *hódos* (caminho, direção), que, juntos, significam estabelecer uma reflexão e a partir dela traçar um caminho. Nesse sentido, a palavra método no meio científico, tradicionalmente, exprimiu o movimento de traçar um objetivo na partida do processo e buscar um caminho capaz de alcançá-lo. A Cartografia por sua vez procura promover a inversão desses núcleos, de maneira que o *hódos* (o caminho) viria primeiro que a *metá* (a reflexão, o raciocínio). Logo, um pesquisador que pretendesse articular o método cartográfico se lançaria primeiro no caminho - sem regras pré-fixadas, mas que consistiria necessariamente em um contato com seu campo de pesquisa - antes de traçar aquilo que ele refletirá sobre, ou em outras palavras, o seu objetivo.¹⁰³

Percebe-se que a realidade a ser explorada pelo pesquisador pode ser traçada de forma prévia. Entretanto, o que ele investiga e extrai desse campo e a maneira que ele olha para tal universo, na Cartografia, não podem ser estabelecidos de maneira antecipada, ou ainda que seja, devem estar abertos a modificações. Isso se dá pelo fato de que o método cartográfico além de focar no acompanhamento do processo - através de idas ao campo, com o objetivo de desenhar e mapear a rede de forças que o objeto ou fenômeno de pesquisa encontra-se inserido, identificando as conexões realizadas com o ambiente que o circunda - é rizomático, por partir sempre da premissa de que tais conexões se modificam e se modulam permanentemente.¹⁰⁴

É importante salientar que privilegiar o caminho em detrimento dos objetivos de pesquisa não quer dizer que um trabalho cartográfico corresponde a uma ação indiscriminada, muito pelo contrário. A inversão etimológica promovida pela Cartografia não abre mão da orientação de uma pesquisa, mas apenas dá um foco maior para o caminho seguido.

¹⁰² PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 17.

¹⁰³ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 17.

¹⁰⁴ BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 56.

Além disso, o caminho é guiado por pistas metodológicas e a direção ético-política da pesquisa que avalia os efeitos do percorrer, para ditar os desvios necessários durante o processo de pesquisar. E é nesse sentido que o rigor metodológico ainda prevalece em trabalhos cartográficos, uma vez que a rigorosidade científica não é garantida através da apresentação de objetivos pré-estabelecidos, mas por meio do compartilhamento dos caminhos percorridos e das escolhas realizadas.¹⁰⁵

A Cartografia, portanto, mostra-se como um método que não abandona por completo o significado tradicional do termo, mas promove a sua ressignificação. Através da inversão de sua estrutura etimológica, o foco primordial passa a ser o acompanhamento do processo ou do caminho. Tal caminho deve ser sempre compartilhado para que o rigor metodológico, tão caro para a construção do conhecimento enquanto científico, seja garantido. Logo, a definição de ciência passa a depender do compartilhamento dos percursos dinamicamente ajustados e constantemente problematizados, deixando de dar relevo à perspectiva hermética, artificialmente estática e permanentemente controlada do objeto, do sujeito e do processo de investigação.

¹⁰⁵ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 17-31.

5 POSSÍVEIS INCONGRUÊNCIAS ENTRE OS DELINEAMENTOS EXPERIMENTAIS DE PESQUISA E A CARTOGRAFIA

Como exposto anteriormente, cogitou-se, de início, em fase próxima da pesquisa reservada à iniciação científica, adaptar os delineamentos experimentais à luz da Cartografia. Contudo, tarefa preliminar que se impõe é a identificação de possíveis incongruências entre ambos. É importante ressaltar que a meta da presente monografia é a identificação de incongruências, restando às etapas vindouras a definição de impossibilidades ou de impedimentos à adaptação.

As possíveis incongruências são descortinadas a seguir, com base nas compreensões edificadas acerca dos delineamentos experimentais e da Cartografia, conforme referenciais teóricos pressupostos. As possíveis incongruências versam sobre a epistemologia em que cada um se enquadra, atestada por meio da análise do controle ou não de variáveis estranhas, sobre a separação entre sujeito e objeto, bem como sobre o tipo de raciocínio adotado.

5.1 Incongruências epistêmicas, quanto ao controle de variáveis estranhas e à busca da validade interna de pesquisa

O experimento controlado é o método que se presta a medir a influência de variáveis independentes sobre variáveis dependentes, através do controle de variáveis estranhas.¹⁰⁶ Pode ser instrumentalizado por meio de diferentes delineamentos experimentais. Entretanto, todos os delineamentos seguem basicamente o procedimento: isolar o objeto capaz de produzir o fenômeno que se deseja estudar (variável dependente); submetê-lo à experimentação, colocando-o em contato com a possível causa tida como capaz de influenciá-lo (variável independente); ao mesmo tempo em que controla rigorosamente outras possíveis causas que também seriam capazes de influenciar a produção do fenômeno, mas são estranhas aos seus objetivos de pesquisa (variáveis estranhas).¹⁰⁷

Tal controle de variáveis estranhas é fundamental para o experimento controlado, uma vez que o método privilegia a validade interna de pesquisa. A validade interna é garantida quando as relações de causa e efeito são precisamente provadas, demonstrando que determinado evento funciona efetivamente como causa de produção de efeitos em outro. Logo, a validade

¹⁰⁶ COSBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 95.

¹⁰⁷ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 51.

interna, tão cara à pesquisa experimental, só se faz presente em um estudo quando as variáveis estranhas são rigorosamente controladas.¹⁰⁸

Sete classes diferentes de variáveis estranhas são identificadas como possíveis ameaças à validade interna. São elas:

- a) História: eventos históricos específicos que, além da variável independente, tenham ocorrido entre o pré-teste e o pós-teste, como mudanças econômicas e políticas;¹⁰⁹
- b) Maturação: processos internos aos participantes do experimento, causados por pelo mero decurso do tempo (não por eventos históricos específicos), como envelhecer, ficar com fome, cansar-se e assim por diante;¹¹⁰
- c) Testagem: efeitos da aplicação de um primeiro teste sobre os escores de uma segunda aplicação;¹¹¹
- d) Instrumentação: alterações derivadas de mudanças na calibragem de um instrumento de medida ou mudanças nos observadores, nos responsáveis por atribuir as notas, isto é, aplicar os testes.¹¹²
- e) Regressão em direção à média: efeito da seleção de grupos com base em seus escores extremos;¹¹³
- f) Seleção: efeitos derivados da diferença de sujeitos que compõe os grupos que serão comparados (grupo controle e grupo experimental);¹¹⁴
- g) Mortalidade experimental: perda de respondentes em algum dos grupos comparados (grupo controle e grupo experimental).¹¹⁵

¹⁰⁸ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 5.

¹⁰⁹ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 15.

¹¹⁰ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 16.

¹¹¹ CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 9.

¹¹² CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 9.

¹¹³ SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987, p. 16.

¹¹⁴ CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 10.

¹¹⁵ CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 10.

Se as variáveis estranhas não forem controladas durante a execução do delineamento experimental – seja mantendo-as constante, seja eliminando sua incidência – essas poderão produzir efeitos que se confundem com o efeito do estímulo experimental.¹¹⁶

O controle de variáveis estranhas demonstra que método experimental tem como sustentáculos a objetividade, a quantificação e generalização dos resultados da pesquisa. O método analisa os fenômenos sociais como se esses fossem naturais, considerando-os, assim como as leis da natureza, algo simples e sempre regular, em que é possível realizar processos de observação e medição com extremo rigor e exatidão.¹¹⁷

Os delineamentos experimentais encaram a realidade como algo uniforme, organizada logicamente e funcionalmente determinada. Antonio Chizzotti¹¹⁸ elucida que para a pesquisa experimental o mundo é regido por leis invariáveis e constantes que podem ser apreendidas, verificadas e previstas.

Sendo assim, tem-se que a pesquisa experimental encara a realidade de uma forma simplificada, matematizada e objetiva. Isso demonstra que o método é fruto de um contexto epistemológico moderno, conforme exposto no capítulo 3. A Cartografia, por sua vez, apresenta-se como uma das formas de resistência à epistemologia moderna, na medida em que abraça a complexidade da realidade.¹¹⁹

A Cartografia procura abstrair-se dessa abordagem sempre dicotômica, apreendendo uma realidade tida como complexa de forma a questionar epistemologias tradicionais. Nesse sentido, a realidade não deve ser reduzida a análises simplistas, reducionistas e observações não-plurais. Isso não significa, entretanto, que a realidade seja expressão de algo inalcançável ou incompreensível.¹²⁰

Se a Cartografia parte da premissa de não-uniformização, os processos de identificação de relações de causalidade e o controle de variáveis estranhas não encontram lugar em trabalhos cartográficos. Na Cartografia, o objetivo é desenhar, considerar e mapear toda a rede de forças

¹¹⁶ CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979, p. 9.

¹¹⁷ ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A Cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 167.

¹¹⁸ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 29.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 185-198, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2156>>. Acesso em: 27 maio 2019, p 192-193.

¹²⁰ OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 185-198, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2156>>. Acesso em: 27 maio 2019, p 192-193.

- que podem ser nomeadas também de variáveis - que o objeto ou o fenômeno de pesquisa encontra-se inserido, identificando as conexões realizadas com o ambiente que o circunda. A investigação cartográfica, diferentemente do experimento controlado e da ciência moderna, é dinâmica, plural e imprevisível.¹²¹

5.2 Incongruências quanto à separação sujeito e objeto

Antonio Chizzotti¹²² sustenta que o experimento controlado pressupõe, para seu desenvolvimento, um pesquisador desvinculado de toda influência que pode conduzi-lo ao erro, à precipitação e à irracionalidade, incluindo aquelas que são emanadas do seu objeto de pesquisa.¹²³

O pesquisador, portanto, deve ser portador de uma postura tida por neutra diante de divergências ideológicas, para se tornar um sujeito isento, lógico ou epistêmico. Para o autor, somente após passar por tal processo, o pesquisador seria capaz de investigar determinada realidade, elaborar conhecimentos válidos e legítimos cientificamente.¹²⁴

Essa postura só é possível na medida em que a pesquisa experimental adota como pressuposto a possibilidade de separação total entre sujeito que observa e objeto observado. O paradigma experimental tem como premissa a existência de objetos fora da consciência do sujeito e independente dela, bem como a existência de um sujeito capaz de ser alheio às influências dos objetos que investiga.¹²⁵

A Cartografia, por sua vez, parte para uma abordagem diversa ao reconhecer que o pesquisador na condução de seu trabalho abandona o posto de observador neutro. Ele integra o seu objeto de pesquisa enquanto sujeito, não de forma desvinculada, mas sim enquanto agente que impacta e é impactado por ele.

[...] Se as realidades plurais e complexas que investigamos são como terrenos a serem agrimensados, e se nós e tais paisagens estamos constantemente nos modificando, a Cartografia, como estratégia para produzirmos pesquisas às quais nos propomos, considera mais o percurso da viagem do que os pontos de partida e/ou chegada. Para cada um que explorar certo terreno a paisagem será diferente, e tal constatação não se

¹²¹ BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 56.

¹²² CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 28.

¹²³ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 29.

¹²⁴ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 29.

¹²⁵ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 14.

trata de mero subjetivismo, visto que cada paisagem também produzirá um observador diferente que só poderá ver o que lhe é possível momentaneamente.¹²⁶

Na noção de Cartografia de Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, o termo é colocado como método de pesquisa-intervenção, vez que não se concretiza sem uma imersão no plano da experiência. Na Cartografia, o conhecer e o fazer tornam-se inseparáveis.

Tal imersão na investigação cartográfica é lida de uma maneira característica, por não acreditar na separação entre sujeito e objeto. Logo, os ideais científicos modernos de objetividade, neutralidade e imparcialidade do conhecimento são abandonados. Para a Cartografia, todo conhecimento é resultado de implicações cruzadas e nasce de um jogo de forças como valores, interesses, expectativas, crenças etc.¹²⁷

Na Cartografia não há, portanto, a figura do pesquisador como sujeito neutro que deve se manter distanciado do seu objeto, estável, suficientemente para não enviesá-lo ou influenciá-lo. Para o método, o pesquisador é impactado por aquilo que pesquisa e vice-versa; a Cartografia pressupõe a modificação tanto do sujeito, quanto do objeto, no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, a separação entre sujeito e objeto não se mantém, pois a Cartografia se insere em um campo no qual tudo e todos estão entrelaçados e implicados.¹²⁸

Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros¹²⁹ desenvolvem o raciocínio de considerar que o objeto, o sujeito e o conhecimento são coemergentes, isto é, nascem ao mesmo tempo no processo de pesquisar e, por isso, não seria possível orientar todo um processo com base em suposições prévias (metodologicamente chamada de hipóteses), que se instrumentalizam em forma de objetivos, de uma realidade que não se concretizou. Sendo assim, não podendo se ancorar em um ponto de referência, resta para o pesquisador focar no caminho e no modo de fazer a pesquisa, para a partir daí extrair algum tipo de saber.

¹²⁶ OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 185-198, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2156>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 192-193.

¹²⁷ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 19.

¹²⁸ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 19.

¹²⁹ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 20.

Admitindo a influência do sujeito que pesquisa sobre o objeto que analisa, tem-se que toda produção de conhecimento transforma a realidade que ele tangencia. Nesse sentido, a Cartografia é tida como um processo de criação de uma realidade tanto de si, do eu-pesquisador, quanto do mundo que lhe é exterior, uma vez que antes do processo acontecer, tais realidades sequer existiam, pelo menos daquela maneira.¹³⁰

O contato do pesquisador com o seu campo de estudo provoca realidades que nunca tinham sido vistas antes, pelo fato de lá ele nunca ter pisado. Nem o pesquisador e nem o campo eram os mesmos antes de interagirem, e não continuarão sendo se esse contato se postergar. Não só no primeiro contato, mas também no decorrer de toda pesquisa que as realidades são constantemente modificadas.¹³¹

Tal reconhecimento de influências e modificações significa reconhecer a complexidade das realidades e a tentativa de não representar um objeto, além de escancarar conseqüentemente a necessidade real de testar os limites dos métodos científicos, que, modernamente, não foram concebidos para abarcar complexidades.¹³²

5.3 Incongruências quanto ao raciocínio

No contexto moderno, o raciocínio hipotético-dedutivo é de importância para a produção do conhecimento científico. Tal raciocínio instrumentaliza-se por meio dos seguintes passos: i) existência de expectativas e conhecimentos prévios acerca do tema que se pretende investigar; ii) surgimento de conflitos ou problemas com essas expectativas, conhecimentos e teorias já estabelecidos; iii) formulação de novas respostas a partir de suposições prévias dedutivas - capazes de abarcar com uma regra geral e abstrata o maior número de especificidades - e passíveis de serem levadas a testes; iv) realização de tentativas de refutar as suposições estabelecidas por meio da observação, experimentação ou por outras técnicas.¹³³

¹³⁰ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 30.

¹³¹ PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 31.

¹³² PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019, p. 30.

¹³³ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 22-23.

As pesquisas que se aproveitam dos delineamentos experimentais para a concretização dos seus objetivos são guiadas, portanto, tradicionalmente, pelo raciocínio hipotético-dedutivo, uma vez que as fases e etapas de uma pesquisa experimental consistem em: i) definição de um problema e objetivo, atrelados a um determinado marco teórico; ii) formulação de hipóteses de trabalho; iii) determinação da fórmula de experimentação ou descrição dos métodos de coleta de dados, que serão capazes de comprovar ou refutar as hipóteses; iv) realização da experimentação/coleta de dados.¹³⁴

A experimentação obedece uma lógica de construção do conhecimento própria que promove a conversão em quantidades daquilo que é observado, experimentado e constatado, mediante reproduções em condições controladas, cujos resultados são analisados de maneira hipoteticamente neutra e objetiva pelo pesquisador, que formula leis e teorias gerais a fim de explicar de forma universal o fato estudado.¹³⁵

Percebe-se que no raciocínio hipotético-dedutivo o estabelecimento de hipóteses determina todos os processos sucessivos de trabalho, isto é, os processos de coleta de dados, bem como a análise dos resultados e a própria formulação da conclusão.¹³⁶ As hipóteses existem na mesma razão do problema e dos objetivos de pesquisa, haja vista que são traçados de antemão. A hipótese consiste, assim, em uma oferta de uma resposta prévia ao problema formulado em relação ao objeto de pesquisa.¹³⁷

A Cartografia, diferentemente dos delineamentos experimentais, pelas características expostas no capítulo 4, não se atrela ao raciocínio hipotético-dedutivo, uma vez que não segue o caminho de estabelecimento de um problema, estipulação de um objetivo e formulação de hipóteses que são submetidas a testes capazes de comprová-las ou refutá-las. A Cartografia não pretende abarcar especificidades em postulados gerais, e muito menos testá-los por meio de técnicas pré-definidas.

Não somente ao raciocínio hipotético-dedutivo, mas a Cartografia não se vale de nenhum outro tipo de raciocínio que seja estruturado e gerativo - logo, moderno - justamente por ser pautada em uma forma de pensar rizomática. A Cartografia por sua vez não se preocupa em ordenar o pensamento, visto que o modo de pensar rizomático se comporta de forma acêntrica e se contrapõe ao qualquer pensamento procedimental que busca nas origens, nos eventos anteriores e nos ancestrais, explicações para uma determinada questão.

¹³⁴ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 39-48.

¹³⁵ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 28.

¹³⁶ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 43.

¹³⁷ DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 54.

6 CONCLUSÃO

O experimento controlado, enquanto método científico, é recomendado como o caminho a ser seguido por trabalhos que pretendem realizar algum tipo de análise causal. O método pretende mostrar-se apto a provar algo, por meio do controle de variáveis estranhas. Ele busca aferir a relação de causa (variável independente) e consequência (variável dependente). Para tanto, existem maneiras descritas na literatura de instrumentalização desse método, que abarca os chamados delineamentos experimentais.

A Cartografia, que tem em sua base a noção de rizoma desenvolvida por Félix Guattari e Gilles Deleuze, é método que não se atrela ao conceito como proposição de regras, mas como noções ou compreensões próprias de uma estratégia de investigação crítica e de uma ação política, que acompanham e descrevem processos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência.

A Cartografia é, sim, método. Entretanto, ressignifica a própria etimologia da palavra, ao permitir que os objetivos e as metas de pesquisa se construam no decorrer do caminho. Desse modo, o caminho é preeminente. Em um trabalho que se pretende cartográfico, o pesquisador lança-se, antes, ao seu campo de investigação, sem regras pré-fixadas, para então traçar aquilo que ele pretende refletir.

A Cartografia não só ressignifica a noção de método como a própria definição de ciência. Na sua perspectiva o conhecimento para ser científico passa a depender muito mais do compartilhamento dos percursos dinamicamente ajustados e constantemente problematizados durante o processo de pesquisar, do que da perspectiva hermética, artificialmente estática e permanentemente controlada do objeto, do sujeito e do processo de investigação.

Antes de constatar-se as incongruências entre os delineamentos experimentais e a Cartografia, percebe-se que dentro do próprio contexto epistemológico da pesquisa experimental críticas ao seu caráter moderno são realizadas, na medida em que se apresenta o delineamento experimental de sujeito único.

O delineamento experimental de sujeito único evidencia o caráter mitigador de diversidades dos delineamentos experimentais tradicionalmente desenvolvidos entre-grupos, que não consideram a individualidade do comportamento humano. Os cálculos utilizados nos delineamentos entre-grupos pauta-se em médias de desempenhos, que na realidade não representam nenhum comportamento dos indivíduos que integram o experimento.

E finalmente, as possíveis incongruências entre os delineamentos experimentais de pesquisa e a Cartografia versam principalmente sobre (i) o contexto epistemológico em que

cada um se enquadra; (ii) a adoção da separação entre sujeito e objeto como pressuposto; e (iii) o raciocínio adotado por cada um deles.

Os delineamentos experimentais, ao promoverem o controle rigoroso de variáveis estranhas, privilegiam o que se chama de validade interna de pesquisa e acabam por afastar da realidade toda a complexidade que a ela parece ser inerente. A instituição de caminhos simplificadores, uniformizadores e reducionistas por parte do experimento controlado demonstram que essas estratégias investigativas são resultado de uma epistemologia marcada pela Modernidade.

A Cartografia, por sua vez, mostra-se como um instrumento de um paradigma epistemológico de resistência à forma moderna de produção do conhecimento, na medida em que abraça a complexidade da realidade. Para tanto, estipula maneiras de apreensão dos fluxos, forças e conexões que nessa estão presentes.

Em relação à separação entre sujeito e objeto, os delineamentos experimentais foram tradicionalmente construídos adotando-a como pressuposto. Logo, o experimento controlado desenvolve-se e analisa seus resultados pautando-se na possibilidade de separação entre essas figuras, que se pretendem herméticas, estáticas e artificialmente controladas.

A Cartografia, a seu turno, concebe que o pesquisador é impactado por aquilo que pesquisa e vice-versa; a Cartografia pressupõe a modificação tanto do sujeito, quanto do objeto, no decorrer da pesquisa. A rigor, pode não ser coerente falar nessas figuras, que se interpenetram e podem não subsistir enquanto elementos estanques. Para a Cartografia, tudo e todos estão entrelaçados e implicados.

Por fim, os delineamentos experimentais empregam o tradicional raciocínio hipotético-dedutivo, por definirem, de antemão, um problema e um objetivo de pesquisa; estabelecerem uma resposta prévia para tal problema; e, com isso, definir um caminho apto a testá-la. A Cartografia, ao contrário do experimento controlado, pauta-se por um modo de pensar rizomático, por não se utilizar de raciocínios logicamente encadeados, estruturados e gerativos.

REFERÊNCIAS

50% DOS ELEITORES afirmam que há 'alguma chance' de haver nova ditadura no Brasil, diz Datafolha. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/19/50-dos-eleitores-afirmam-que-ha-alguma-chance-de-haver-nova-ditadura-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 27 maio 2019.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004>. Acesso em: 27 maio 2019.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2012. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1979.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 29.

COSBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

DUSSEL, Enrique D. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

HART-DAVIS, Adam *et. Al.* **O livro da ciência**. São Paulo: Globo, 2016.

IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico. *In*: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

KASTRUP, Virgínia. Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

MAGALHÃES, Hugo Baracho; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; ÁLVARES, Lucas Parreira. **A desconstrução do estado moderno: infiltrações e diversidades**. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

OKADA, Alexandra Lilavati Pereira. **Cartografia Investigativa: interfaces epistemológicas comunicacionais para mapear conhecimento em projetos de pesquisa**. 2006. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9889>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 185-198, 2014. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2156>>. Acesso em: 27 maio 2019.

ONU. O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 do Secretário-Geral do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, N. 1, p. 320-351, 2009.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

ROMAGNOLI, Roberta de Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, n. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

SAMPAIO, Angelo Augusto Silva *et al.* Uma Introdução aos Delineamentos Experimentais de Sujeito Único. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jan./jun, n. 12(1), p. 151-164, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/9537/9218>>. Acesso em: 27 maio 2019.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford; KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, N. 1, p. 32-55, 2009.

VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDAL, Maria Rosária Rodrigues. **Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos**. 4. ed. rev. ampl. Viçosa: UFV, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.